

A Geografia na Contemporaneidade

2

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Geografia na Contemporaneidade 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 A geografia na contemporaneidade 2 [recurso eletrônico] / Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-019-3

DOI 10.22533/at.ed.193182112

1. Geografia – Educação. 2. Geografia humana. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 910

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“A Geografia na Contemporaneidade- Geografia, educação e território”* aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu II volume, apresenta, em seus 26 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase na educação, comunidades tradicionais e território.

A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, educação, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras, etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como educação, comunidades tradicionais, território.

Neste sentido, este volume é dedicado a Geografia humana. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos Geógrafos e profissionais de áreas afins, em desvendar a realidade dos espaços geográficos.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

GEOGRAFIA, EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO

CAPÍTULO 1	1
COMO APRENDEMOS A ENSINAR GEOGRAFIA? A EXPERIÊNCIA DO PRÉ-VESTIBULAR SOCIAL	
Ana Carolina Lydia	
DOI 10.22533/at.ed.1931821121	
CAPÍTULO 2	16
GEOGRAFIA NAS SÉRIES INICIAIS: OBSERVAÇÃO DO ENSINO E UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DO ALUNO E DO PROFESSOR NA CIDADE DE CAICÓ/RN	
Iapony Rodrigues Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.1931821122	
CAPÍTULO 3	25
O CONCEITO DE LUGAR NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS	
Ismael Donizete Cardoso de Moraes	
Vanilton Camilo de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1931821123	
CAPÍTULO 4	36
POLÍTICA PÚBLICA “ESCOLA DA TERRA”: PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA OS PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO NA BAHIA	
Cássia Hack	
Celi Nelza Zülke Taffarel	
Sicleide Gonçalves Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.1931821124	
CAPÍTULO 5	48
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E AS DICOTOMIAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	
Reinaldo Pacheco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1931821125	
CAPÍTULO 6	63
AÇÕES PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA AOS HAITIANOS NO BRASIL	
Fátima Regina Cividini	
Valdir Gregory	
DOI 10.22533/at.ed.1931821126	
CAPÍTULO 7	76
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MARACUJÁ EM CONCEIÇÃO DO COITÉ- BA: UMA LEITURA SOCIOESPACIAL DA REALIDADE.	
Romisval Silva dos Santos	
Elane Bastos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1931821127	

CAPÍTULO 8 83

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDOS DE PASTO NA DEFESA PELOS DIREITOS TERRITORIAIS: O QUE ESPERAR DA LEI ESTADUAL 12.910/2013

[Vanderlei Rocha Lima](#)

DOI 10.22533/at.ed.1931821128

CAPÍTULO 9 95

O RETORNO DOS KAINGANG À TERRA INDÍGENA INHACORÁ APÓS A DESAPROPRIAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

[Alice do Carmo Jahn](#)

[Gabriela Manfio Pohia Lisboa Neris](#)

[Elaine Marisa Andriolli](#)

[Antônio Joreci Flores](#)

[Maria da Graça Porciúncula Soler](#)

DOI 10.22533/at.ed.1931821129

CAPÍTULO 10 109

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVA ESMERALDA DO TERRITÓRIO RURAL DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA - RS

[Alessandra Daiana Schinaider](#)

[João Ernesto Pelissari Candido](#)

[Daiane Netto](#)

[Anelise Daniela Schinaider](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211210

CAPÍTULO 11 118

O ESTADO QUE DÁ COM UMA MÃO E NEGA COM A OUTRA: A ATUAL CUJUNTURA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO BRASIL PELO Cimi

[Yasmine Altimare da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211211

CAPÍTULO 12 127

TERRITORIALIDADE CONSCIENCIOLÓGICA: CARACTERIZAÇÃO DE UM FLUXO MIGRATÓRIO FRONTEIRIÇO

[Cristiane Ferraro Gilaberte da Silva](#)

[Valdir Gregory](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211212

CAPÍTULO 13 141

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E O TURISMO COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA

[Guilherme de Barros Melo](#)

[Orlando Bispo dos Santos.](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211213

CAPÍTULO 14 152

TRAMAS QUE APROXIMAM A JUVENTUDE RURAL NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ: OLHARES DESDE AS IDENTIDADES, A AUTONOMIA E A TERRITORIALIDADE

[Cristiane Tabarro](#)

[Alvori Ahlert](#)

[Valdinéia Ferreira](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211214

CAPÍTULO 15	165
O DESEMPENHO DA POLÍTICA TERRITORIAL NO DESENVOLVIMENTO RURAL DO TERRITÓRIO VALE DO PARAÍBA	
Maria José Ramos da Silva Renata Felinto Farias Aires Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho	
DOI 10.22533/at.ed.19318211215	
CAPÍTULO 16	182
OS CONFLITOS NO CAMPO DO TOCANTINS: A BARBÁRIE PERMANECE	
Alberto Pereira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.19318211216	
CAPÍTULO 17	193
UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO	
Julie Mathilda Semiguem Pavinato Emerson Ferreira da Silva Irene Carniatto	
DOI 10.22533/at.ed.19318211217	
CAPÍTULO 18	208
AS TESSITURAS DO MUNDO DO TRABALHO EM ITABAIANA-SE	
José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo Maria Morgana Santos Santana Lucas de Andrade Lira Miranda Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.19318211218	
CAPÍTULO 19	218
DO CONCRETO A MEMÓRIA: O MONUMENTO COMO REPRESENTAÇÃO	
Samuel Cabanha André Avelino Cabanha	
DOI 10.22533/at.ed.19318211219	
CAPÍTULO 20	233
ELEMENTOS ESPACIAIS E CENTRALIDADE PERIFÉRICA - O CASO DE TEFÉ NO AMAZONAS	
Kristian Oliveira de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.19318211220	
CAPÍTULO 21	249
FORMAS DE ACESSO Á TERRA EM FEIRA DE SANTANA (BA): UMA ANÁLISE A PARTIR DO TERRITÓRIO.	
Ângela Carine Felix de Oliveira Matos Gilmar Oliveira da Silva Elane Bastos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.19318211221	
CAPÍTULO 22	260
REPRESENTAÇÕES DOS CONSELHEIROS SOBRE A ARTICULAÇÃO CULTURA E NATUREZA NA GESTÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SERRA DONA FRANCISCA	
Fernanda Dalonso Mariluci Neis Carelli	
DOI 10.22533/at.ed.19318211222	

CAPÍTULO 23	269
O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, ESPECULAÇÃO FUNDIÁRIA E O CONJUNTO HABITACIONAL NAIR BARRETO NA CIDADE DE XIQUE-XIQUE-BA	
Janes Terezinha Lavoratti Marciel Todão da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.19318211223	
CAPÍTULO 24	280
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES PEQUENAS: UM ESTUDO DE GUARACIAMA/MG	
Aline Fernanda Cardoso Valéria Aparecida Moreira Costa Iara Soares de França	
DOI 10.22533/at.ed.19318211224	
CAPÍTULO 25	294
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG, NO PERÍODO 1850/1920: POPULAÇÃO, CAFÉ E TERRITÓRIO	
Pedro José de Oliveira Machado	
DOI 10.22533/at.ed.19318211225	
CAPÍTULO 26	309
TURISMO RELIGIOSO: UMA ANÁLISE DO SANTUÁRIO BOM JESUS DA CANA VERDE – SIQUEIRA CAMPOS – PR	
Guilherme Ferrari Oliveira Rodrigo Aparecido Mendonça Vanessa Maria Ludka	
DOI 10.22533/at.ed.19318211226	
SOBRE A ORGANIZADORA	319

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVA ESMERALDA DO TERRITÓRIO RURAL DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA - RS

Alessandra Daiana Schinaider

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
Porto Alegre / RS

João Ernesto Pelissari Candido

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
Porto Alegre / RS

Daiane Netto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
Porto Alegre / RS

Anelise Daniela Schinaider

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios
Porto Alegre / RS

RESUMO: O desenvolvimento territorial sustentável abrange diversas formas de colocar em prática a sustentabilidade. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é identificar e contextualizar as principais percepções acerca do desenvolvimento territorial sustentável do assentamento Nova Esmeralda – Pinhal da Serra/RS. O assentamento fica localizado no Território Rural Campos de Cima da Serra e tem como característica a presença de frutas nativas,

as quais são fontes alternativas de renda. Em termos metodológicos, este trabalho utilizou de uma pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Os resultados mostraram que diversas percepções, como, a prática da economia solidária, a geração de emprego e renda, a inclusão social, a preservação do meio ambiente (flora e fauna nativa), entre outras identificadas, contribuem para o desenvolvimento territorial sustentável. Sendo assim, as percepções atendem as três dimensões do desenvolvimento sustentável e serve de exemplo para outros territórios rurais, para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento territorial sustentável, territórios rurais, percepções sustentáveis, assentamento Nova Esmeralda.

ABSTRACT: This paper investigates the main perceptions about the sustainable territorial development of the Nova Esmeralda - Pinhal da Serra/RS settlement. This presents a case study, based on a bibliographical research and a field trip. The field trip happened in the rural territory Campos de Cima da Serra, which has as a characteristic the presence of native fauna and flora in the region. The results showed that diverse perceptions, as, the practice of solidarity economy, the generation of employment and income, social inclusion, preservation of the

environment (native flora and fauna), among others identified, contribute to sustainable territorial development. Therefore, perceptions attend the three dimensions of sustainable development and serve as an example for other rural territories, for the promotion of sustainable territorial development.

KEYWORDS: sustainable territorial development, rural territories, sustainable perceptions, Nova Esmeralda settlement.

1 | INTRODUÇÃO

Os territórios podem ser identificados por diferentes formas: territórios de identidade, territórios rurais ou territórios da cidadania. Cada um tem objetivos e características diferentes. De acordo com Humberto Oliveira (2015), Secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, há visíveis diferenças em cada território no seu próprio nome. Os territórios identidade costumam possuir vínculo com a cultura, a economia ou as relações sociais que são características da região. Essas características determinam os territórios rurais, os quais são um conjunto de pequenos municípios onde prevalece a economia rural, costumes dos camponeses e as cadeias produtivas formadas pela agricultura. Por fim, o secretário determina territórios da cidadania, que pertencem a um programa de política pública do governo federal.

Atualmente, existem 239 Territórios Rurais espalhados pelo Brasil. Todos esses territórios são reconhecidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e, após isso, são integrados no Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais. Através disso, há a criação de um Colegiado Territorial onde há vários atores da sociedade que participam e colaboram para a promoção do desenvolvimento territorial (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2015).

Desta forma, o desenvolvimento territorial trouxe diversas inovações nos municípios pequenos, como, a emergência de novas formas de reciprocidade econômica, a estruturação de sistemas produtivos locais em zonas rurais, integrados em redes e a pesquisa de novos arranjos institucionais descentralizados e voltados para o exercício da governança local e territorial promovendo a equidade, a sinergia e a gestão ambiental (VIEIRA, 2009).

O desenvolvimento territorial sustentável costuma não só ser visto com a característica de preservação do meio ambiente, mas também com a característica de promover e desenvolver o território através da geração de renda e emprego, inclusão social, educação, visibilidade econômica para o município. Neste sentido, este estudo apresenta o desenvolvimento territorial sustentável de um assentamento localizado no município de Pinhal da Serra/RS, o qual faz parte dos Territórios Rurais dos Campos de Cima da Serra.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é identificar e contextualizar as principais percepções acerca do desenvolvimento territorial sustentável do assentamento Nova

Esmeralda – Pinhal da Serra/RS. Quanto aos procedimentos metodológicos, este é um estudo de caso proposto através de uma viagem a campo realizada no dia 05 de maio de 2016 diretamente ao município em questão. Fonseca (2002) *apud* Gerhardt e Silveira (2009) caracteriza o estudo de caso como uma situação bem definida, por exemplo, uma entidade, escola ou uma unidade social em que visa entender de forma profunda como e porque acontece tal situação, suas características e sua importância.

Neste caso, o município de Pinhal da Serra vinculado ao Território Rural dos Campos de Cima da Serra, apresenta uma unidade social que é importante ser pesquisada e investigada. Através dessa viagem, houve a observação de campo e coleta de dados através das falas dos principais atores presentes nesse dia. Após a coleta, realizou-se um diário de campo e analisou-se os dados para, posteriormente, problematizar o estudo.

Além do estudo de caso, esse trabalho utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica adotando como base os livros ou artigos científicos da área, os quais se encontram citados na referência bibliográfica. Conforme Fachin (2002) a pesquisa bibliográfica envolve todo tipo de obra de qualquer natureza sendo revistas, livros, jornais, internet, entre outras.

Além dessa introdução, o artigo segue com uma caracterização do município do estudo de caso, logo após, é apresentado, brevemente, o estado da arte de desenvolvimento territorial sustentável, em seguida, as principais percepções de desenvolvimento territorial sustentável observadas na saída de campo. Na última seção, foram tecidas algumas considerações finais da pesquisa.

2 | CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO PINHAL DA SERRA - RIO GRANDE DO SUL

Pinhal da Serra foi criado em 1996 e teve sua emancipação e sua primeira eleição a partir de 2000. O município é característico da mata atlântica com uma diversidade de fauna e flora, principalmente pela existência de pinheiros na área. Fica localizado a 326 km da capital do Rio Grande do Sul, na região nordeste do estado, denominada de Campos de Cima da Serra. Conta com uma população predominantemente rural com 77,4% e apenas 22,6% da zona urbana. Neste sentido, a economia do município provem do meio rural, sendo as principais atividades, o cultivo de feijão, soja, milho e trigo, e ainda a agricultura familiar ganha espaço com a fruticultura, horticultura para o comércio e o excedente para o consumo próprio (PINHAL DA SERRA, 2017).

O foco deste estudo está nos agricultores familiares localizados no assentamento Nova Esmeralda em que buscam alternativas de renda para sua sobrevivência. Conforme relato dos atores, no dia da viagem a campo, *“no início desse assentamento, não havia nenhuma economia nessa região que fosse acessível para essas famílias. A principal economia da região era a criação de gado, porcos e serraria (devido à*

grande quantidade de mata atlântica). Apesar da existência de algumas alternativas econômicas, essas famílias necessitavam de algum apoio de entidades governamentais ou não governamentais para alavancar outras economias na região as quais fossem acessíveis a essas famílias, e inclusive, por uma questão de subsistência. A partir desse fato, buscou-se uma economia através do extrativismo de frutas nativas, que eram muito predominantes na região dos Campos de Cima da Serra”.

Neste sentido, uma das fontes alternativas é o uso das frutas nativas, em especial, o butiá. O butiazal é nativo da região e tem importância histórica para a cidade, faz parte de um ecossistema com significativo valor paisagístico de biodiversidade e histórico-cultural além de ter uma diversidade ampla de flora e fauna associadas a esta espécie. Desde a década de 70 possuía grande valor econômico, pois a fibra de suas folhas, conhecidas como “crinas do butiá”, era comercializada para a produção de colchões.

Para auxiliar nesse processo da produção efetiva do butiá, o colegiado territorial do Território Rural dos Campos de Cima da Serra tem como objetivo relacionar a construção do bem viver dos produtores familiares da região, jovens, mulheres quilombolas e povos indígenas dos municípios que o compõe, neste caso, a região de Vacaria, cujo município de Pinhal da Serra pertence. Este colegiado foi reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2013 tendo a sua composição por membros da sociedade civil, em pelo menos 51%, e do setor governamental.

Desta forma, o colegiado territorial tem importância na otimização das alternativas de renda que existem ao redor do assentamento Nova Esmeralda buscando a promoção do desenvolvimento territorial sustentável em pequenas atividades.

3 | DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: CONCEITOS, DEFINIÇÕES, APLICAÇÕES

Muitos autores trazem o conceito de desenvolvimento territorial e outros autores adotam o conceito de desenvolvimento local, porém existem diferenças perceptíveis. Conforme Ferreira (2009), explica que o desenvolvimento local tem uma identidade mais local, com atores públicos ou privados na forma de parceria e com objetivo de crescimento econômico, enquanto o desenvolvimento territorial tem uma arena de negociação (multi-escalar), com diversas partes interessadas (institucionalidade complexa) e com múltiplos objetivos.

Para este estudo, adotar-se-á o conceito de desenvolvimento territorial. Lima (2010) aponta três características de território que estão vinculadas ao conceito de desenvolvimento territorial: renúncia à ação hierarquizada do poder público; perspectiva híbrida do desenvolvimento; e valorização das raízes histórico-geográficas do território. Ou seja, o território é visto como uma nova institucionalidade com a construção coletiva de diversos sujeitos territoriais.

Neste caso, o território é a unidade espacial de intervenção governamental na qual se pretende construir ou dinamizar uma determinada institucionalidade pública capaz de criar ou de estimular oportunidades para o deslanche de processos econômicos, sociais e políticos julgados coletivamente como adequados ao desenvolvimento sustentável do território (DELGADO et al. 2007, p. 22).

Neste sentido, o desenvolvimento territorial abrange a economia local, as relações sociais e políticas e as questões ambientais de determinado município buscando promover o desenvolvimento do mesmo através de alternativas de fontes de renda para a agricultura familiar. E de fato, ocorre isso, conforme Ortega (2007) destaca em um de seus artigos.

Em linhas gerais, a concepção estratégica do governo brasileiro a partir das implantações das políticas públicas sociais, busca valorizar as diversidades locais e contribuir com os processos endógenos do desenvolvimento local. Porém a aplicação do desenvolvimento territorial ainda apresenta alguns fatores limitantes. De acordo com Ortega (2007), uma parte importante dos territórios rurais apresentou resultados positivos de desenvolvimento territorial, porém esse processo não foi generalizado. Esses territórios apresentam sérias dificuldades em conduzir processos “autônomos” de desenvolvimento.

Sendo assim, percebe-se a importância da atuação pública para continuar fortalecendo esse território afim de dar a segurança de gerir a autonomia nos processos de desenvolvimento. O processo de desenvolvimento deve ser sustentável atendendo às dimensões da sustentabilidade: econômica, social e ambiental.

O desenvolvimento territorial sustentável abrange diversas formas de colocar em prática a sustentabilidade. É possível observar a redefinição e uma legitimação de determinados dispositivos de mercados, como os selos de qualidade ou ainda as marcas “eco” ligadas à ideia do desenvolvimento territorial sustentável (CERDAN, 2009).

Tanto as formas de comercialização quanto a preservação do meio ambiente contribuem para o desenvolvimento territorial sustentável da região dos Campos de Cima da Serra do Rio Grande do Sul, pois a comercialização das frutas nativas envolve as três dimensões do desenvolvimento sustentável.

Em relação à aplicação do desenvolvimento territorial, ainda não há um consenso, apresentando acentuados limites, em relação aos seus conceitos e diretrizes norteadores. Santos e Marschner (2008) destacam que um dos limites é a inexistência de mudanças estruturais, ainda que se propusesse a descentralização das políticas públicas e a abordagem não-setorial do desenvolvimento.

4 | PRINCIPAIS PERCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL NO ASSENTAMENTO NOVA ESMERALDA

Foi a partir de 2009, que o assentamento Nova Esmeralda tornou-se protagonista de mudança na economia da região. Com a chamada pública da ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural – que abrangia os assentamentos da região de Vacaria, houve um diálogo coletivo entre todos os assentados dessa região considerando o que os mesmos visualizavam que poderia ser uma nova fonte de renda para eles mesmos e para a própria região.

Nesse sentido, as frutas nativas foram uma alternativa de renda, como o butiá e o pinhão. No caso do butiá, reuniu-se assentados que já trabalhavam com essa fruta e investiu-se em cursos para a gestão do processamento desse produto e em aperfeiçoamento de derivados do butiá. Após esses cursos, em reunião com os demais assentados, foi avaliado o valor da comercialização da fruta e seus derivados.

O desenvolvimento territorial tem mais do que função de proporcionar renda para esses assentados, tem a importância ambiental nessa região. Então, através dessa chamada pública, houve o incentivo da valorização dessa espécie na sua região nativa.

As percepções observadas na viagem a campo, também foi notada em uma pequena agroindústria no assentamento, voltada para o processo da polpa do butiá. Participam desta agroindústria, quatro mulheres assentadas dispostas a processar este fruto. Essa comercialização começou em 2013, participando, primeiramente, de feiras no município de Pinhal da Serra. A feira acontece a cada oito dias no município e em 2016, as quatro produtoras expandiram sua comercialização para a feira do município de Vacaria. Nota-se que o trabalho dessas quatro mulheres está sendo reconhecido e divulgado para a região. De acordo com os relatos, *“essa experiência está sendo um espaço de exercício e de aprendizagem”*.

Para realizar a logística do escoamento da produção da polpa do butiá e de outras frutas nativas da região, a microempresa “Encontro de Sabores” tem papel fundamental na divulgação e transformação do produto primário (a polpa) em produtos finais destinados diretamente ao consumidor. Essa microempresa trabalha com sete frutas nativas e ainda é considerada uma mini-indústria de processamento de produtos finais, produzindo bolachas de pinhão, picolés de butiá, pães com farinha de pinhão, geleias.

A ‘Encontro de Sabores’ é um empreendimento da Economia Solidária em parceria com o Cetap (Centro de Tecnologias Alternativas e Populares), que visa valorizar as frutas nativas da região Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul, com sede na cidade de Passo Fundo e com representação em Porto Alegre. Além de oferecer diversos produtos, ela busca aliar a preservação e manutenção dos recursos naturais, ofertando produtos saudáveis e acessíveis aos consumidores.

Através dos dados coletados e da realização do diário de campo, as referidas informações foram descritas, conforme o percurso do dia na viagem de campo. Através

dessas informações, buscando dialogar com os fatos e com informações oficiais e complementares, lapidou-se o relato para a realização deste trabalho. Através do relato, a Figura 1, resume as principais percepções que caracterizam o desenvolvimento territorial sustentável no assentamento Nova Esmeralda.



Figura 1- Principais percepções de desenvolvimento territorial sustentável

Fonte: elaborada pelos autores (2017).

A Figura 1 revela as principais e diferentes percepções que o desenvolvimento territorial sustentável promove no local ou até mesmo na região. Percebe-se que atende as três dimensões do desenvolvimento sustentável: **econômica** (prática da economia solidária, comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar, geração de emprego e renda, aplicação de ferramentas de gestão na pequena agroindústria), **social** (valorização da tradição familiar rural, inclusão social, prática da comercialização em cadeias curtas) e **ambiental** (preservação do meio ambiente (flora e fauna nativa), eficiência na aplicação de recursos das políticas públicas).

5 | CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo identificar e contextualizar as principais percepções acerca do desenvolvimento territorial sustentável no assentamento Nova Esmeralda – Pinhal da Serra/RS. Percebe-se que promovendo o desenvolvimento territorial nesta região dos Campos de Cima da Serra, é possível alcançar resultados positivos, os quais contribuem para o desenvolvimento social, econômico e ambiental

da região. Destaca-se que, ainda é preciso problematizar algumas situações do assentamento, como, o replantio dos butiazais e alguns ajustes formais da pequena agroindústria.

Apesar dessas situações, percebe-se, através dos relatos das produtoras rurais, a força de vontade de buscar progredir o pequeno negócio. Além disso, nota-se a relação cordial que existe entre todos os atores que atuam na promoção do desenvolvimento territorial dos Campos de Cima da Serra, em especial no assentamento Nova Esmeralda, em Pinhal da Serra/RS.

Como limitação para este trabalho, ressalta-se a duração da viagem de campo neste assentamento, a qual ocorreu em apenas um dia. Para trabalhos futuros, sugere-se identificar essas percepções de desenvolvimento territorial com práticas sustentáveis em outros territórios rurais, com o objetivo de realizar um mapeamento dessas diferentes percepções.

REFERÊNCIAS

- CERDAN, C. Valorização dos produtos de origem e do patrimônio dos territórios rurais no sul do Brasil: contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável. **Revista de Política e Sociedade**, n. 14, abril/2009.
- DELGADO, N. G. et. al. **Desenvolvimento territorial**: articulação de políticas públicas e atores sociais. Relatório parcial. Rio de Janeiro: IICA/OPPA, 2007.
- FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- FERREIRA, J. Do desenvolvimento local ao desenvolvimento territorial. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-21.
- GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- LIMA, J. da S. A apropriação dos conceitos de desenvolvimento territorial, capital social e economia solidária pelos coletivos organizados no Território do Sisal. XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Porto Alegre, 2010. **Anais...ENG**, 2010.
- MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. De olho na diversidade brasileira. **Secretaria Especial de Agricultura Familiar e de Desenvolvimento Agrário**, 2015. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/de-olho-na-diversidade-brasileira>> Acesso em: 24 fev. 2017.
- ORTEGA, A. C. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 275-300, abr/jun 2007.
- PINHAL DA SERRA. **A cidade**. Disponível em: <http://www.pinhaldaserra.rs.gov.br/cidade.php> Acesso em: 23 fev. 2017.
- SANTOS, R. A. dos; MARSCHENER, W. Identidade territorial e desenvolvimento: a formação de um plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável do Território Sudoeste do Paraná. In: FRANCELINOI, A. CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VIEIRA, P. F. Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Revista de Política e Sociedade**, n. 14, abril, p. 27-75, 2009.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-019-3

